

O ACESSO DE INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS EFEITOS PARA A IDENTIDADE.

Maurício José dos Santos Silva – UFGD – unespmau@gmail.com
Eugenia Portela de Siqueira Marques – UFGD – eumar13@terra.com.br

Eixo 03 - Políticas de Educação Superior.

Resumo

Introdução: A presença de indígenas na educação superior tem sido um tema recorrente no contexto dos estudos sobre a democratização do acesso a esse nível de ensino. Com o avanço do processo de escolarização em territórios indígenas há uma progressiva procura dos estudantes indígenas por acesso ao ensino superior, porém há grandes desafios para a permanência destes na educação superior, tanto pelas dificuldades materiais/financeiras ou simbólicas, quanto pelo padrão eurocêntrico das Instituições de Educação Superior – IES que com sua hierarquia e seu currículo branco/eurocêntrico dificultam uma aproximação daqueles que são diferentes deste padrão, em especial, os povos indígenas. *Metodologia:* Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. *Discussões/Resultados* o estudo busca traçar um panorama da presença indígena na educação superior, seu duplo pertencimento, étnico e acadêmico e os efeitos da experiência acadêmica sobre a sua identidade, considerando os estudos de Bhabha (1988) e Hall (2003) sobre identidade, na perspectiva dos Estudos Culturais, assim como os estudos de Aníbal Quijano (2005) da teoria Pós-colonial, que trata da perspectiva eurocêntrica da universidade e das relações de poder presentes nas IES. *Conclusão:* Infere-se que a passagem pela educação superior surge como oportunidade para modificar as condições de vida dos indígenas, assim como as condições sociais e educacionais de sua comunidade de origem e pode refletir em sua identidade. *Principais referências:* Wagner Amaral (2010), Homi Bhabha (1998), Antônio Brand, Adir Nascimento e Antônio Aguilera Urquiza (2009), Néstor Canclini (2003), Maria José Cordeiro (2008), Stuart Hall (2003), Aníbal Quijano (2005) e Antônio Carlos de Souza Lima (2016).

Palavras-chave: Educação Superior; Indígena; Identidade;

Introdução

O acesso à escolarização por parte da população indígena no Brasil nas últimas décadas é uma realidade e o acesso à educação superior surge como consequência dessa maior escolarização, conforme apontam os estudos de Brand, Nascimento e Urquiza, (2009) sobre o acesso da população indígena na Educação Superior brasileira.

A Lei N.12.711/2012, conhecida também como Lei de Cotas define as condições gerais de reservas de vagas aos cursos de graduação para estudantes egressos de escolas públicas, negros e indígenas e têm possibilitado maior acesso de indígenas à educação superior, articula a outros programas institucionais.

Ao ingressar na educação superior os indígenas trazem consigo sua história, seus costumes, sua cultura, ou seja, sua identidade, a partir de então lhes é cobrado que se adequem à instituição com uma cultura acadêmica que não está preparada para receber esse novo perfil de estudante.

Estar entre o ambiente universitário e sua comunidade de origem desafia o indígena a conceber diferentes formas de se identificar, sendo desde o perfil de acadêmico, utilizando estratégias materiais e simbólicas para permanecer nesse ambiente, até o pertencimento étnico quando participa de eventos ou rituais em suas comunidades. Há infinitas possibilidades de identificação, a exemplo da possibilidade de agrupamento com pessoas do mesmo grupo, fortalecendo uma identidade que está em formação e/ou transformação, a de acadêmico indígena.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica e documental a fim de conhecer o estado da arte quanto à temática da identidade e indígenas na educação superior. Para tanto foram realizadas pesquisas em sites das instituições de ensino superior, assim como livros e artigos científicos que nos possibilitam compreender de forma mais clara as possibilidades de influencia exercida pela educação superior junto aos povos indígenas no Brasil.

Discussões

O tema indígena na educação superior tem levantado debate acerca de duas décadas, quando as primeiras Instituições de Educação Superior (IES) passaram a reservar vagas para tais estudantes. Os Estados do Rio de Janeiro e Bahia foram os pioneiros, seguidos pelo Mato Grosso do Sul (MS). Da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) surge um dos principais programas de ação afirmativa para indígenas na educação superior, o projeto “Trilhas de Conhecimento” (SOUZA LIMA, 2016, p. 23), enquanto que na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) na mesma época inicia a política de reserva de vagas na graduação para negros e indígenas, vindo a ser parceira do projeto Trilhas de Conhecimento com a instalação do projeto “Rede de Saberes” (CORDEIRO, 2008; ATHAYDE, 2010).

Na UFGD, Rosas (2016) traça um panorama quanto à implementação das reservas de vagas após a lei de cotas e aponta uma baixa ocupação das vagas pelos indígenas devido a forma como são ofertadas as vagas reservadas que reúnem na mesma disputa estudantes pretos, pardos e indígenas, além de afirmar que a instituição não dispõe de ações específicas para cotistas e possui uma ação tímida para promover a permanência destes nos cursos de graduação.

Outros autores tratam da presença indígena na universidade retratando as ações afirmativas e as trajetórias percorridas por alguns deles, conforme os trabalhos Amaral (2010) abordando a temática em universidades do Estado do Paraná; Santos (2016) e Amado (2016) que optaram como recorte as universidades e os povos indígenas do MS.

Acadêmicos indígenas, uma identidade em ressignificação.

Para tratar da presença dos indígenas na educação superior nos apoiamos em autores como Amaral (2010, p. 370), que relata um duplo pertencimento (étnico e acadêmico) desses estudantes, apontando que no processo de formação acadêmica destes estudantes há uma ênfase aos aspectos da coletividade que são fundantes da cultura indígena e que passam a ser redescobertos, pautados e afirmados, segundo o autor, gerando uma “positiva e afirmativa interlocução entre os conhecimentos acadêmicos discutidos e os conhecimentos tradicionais e culturais”, de modo que “os conhecimentos adquiridos e refletidos pelos estudantes indígenas provocaram neles uma leitura mais ampliada e crítica sobre o seu papel nas sociedades indígenas e não indígenas”.

Para além do que é proposto por Amaral (2010) compreende-se que há um gradiente de possibilidades entre os extremos utilizados pelo autor, a saber, pertencimento étnico *versus* pertencimento acadêmico. Os autores dos Estudos Culturais como Stuart Hall (2003) e Homi Bhabha (1998) ao falarem sobre identidade afirmam que ela está em constante formação e transformação e que por esse motivo deveria ser vista como um processo de identificação, ou seja, a identidade em ação, e que essa identificação é influenciada pela presença e pelo olhar do Outro.

Essa flexibilização das identidades e a aproximação entre culturas, segundo Bhabha (1998, p. 35) “representa um hibridismo, uma diferença ‘interior’, um sujeito que habita a borda de uma realidade ‘intervalar’”, onde ocorre uma apropriação da cultura pelo outro ao mesmo tempo em que se transmite parte da cultura ao outro, num processo de troca.

A mudança constante nas identidades também é citada por Hall (2003, p. 12-13) como a identidade do sujeito pós-moderno, uma vez que esse sujeito não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas várias identidades que são resultados de mudanças estruturais e institucionais, o que torna o processo de identificação mais provisório, variável e problemático, segundo o autor, que afirma ainda a existência de um duelo entre as identidades do sujeito, ou seja, mesmo diante de várias identidades, há sempre uma que prevalece sobre as demais, de acordo com o contexto apresentado (HALL, 2003, p. 18-20).

Assim, faz sentido o que Canclini (2003) denomina de “culturas híbridas” como uma aproximação e troca entre culturas e o que Bhabha (1998) aponta como “entre-lugares” e que utilizamos para buscar definir a posição em que muitas vezes se encontra o acadêmico indígena, pois, segundo Bhabha (1998, p. 20) os Entre-lugares “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade”, forçando-os até mesmo a anularem suas diferenças na busca por aceitação ou, em sentido contrário, fortalecem suas identidades étnicas e passam a questionar e subverter a lógica eurocêntrica que há séculos impera no ambiente universitário e que persistem até os dias atuais.

Para os acadêmicos indígenas o Entre-lugares representa a necessidade de se sentir parte dos dois lugares ao mesmo tempo, mas também correr o risco de ao se aproximar de uma posição se afastar (ou ser afastado) da outra, visto que por vezes ele pode não se sentir pertencente ao meio acadêmico e em outros momentos enfrenta dificuldades em se relacionar em sua comunidade.

Por sua vez, Aníbal Quijano (2005) afirma que a colonialidade, além de manter os efeitos da colonização nos dias atuais, apresenta uma nova forma de se compreender a identidade dos sujeitos e povos que foram hierarquizados e subalternizados. Especialmente no caso dos povos indígenas no Brasil, o movimento de desterritorialização sofrido por esses povos fez com que eles tivessem as suas identidades deslocadas, nas palavras do autor:

Esse resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas. A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Daí em diante não seriam nada mais que raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. Implicava também sua realocação no novo

tempo histórico constituído com a América primeiro e com a Europa depois: desse momento em diante passaram a ser o passado. Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo. (QUIJANO, 2005, p. 246).

Esse deslocamento para o passado que afeta os indígenas e que se é imposto pela colonialidade através das grandes mídias e pela academia, que ao tratarem dos indígenas ainda os colocam como seres do passado que vivem nas florestas - que hoje já nem existem na maioria do território brasileiro - e conseqüentemente os colocam como distantes da sociedade envolvente.

Há, porém, o movimento dos povos indígenas no Brasil que vai de encontro a essas premissas e demonstram que eles estão cada vez mais interessados e atuantes nas discussões da sociedade contemporânea, se mobilizando de forma coletiva em busca dos seus direitos básicos como o seu território tradicional, saúde e educação que atendam suas especificidades, reconhecendo e respeitando suas diferenças sociais e culturais.

Conclusão

Nesse sentido, concluímos que a passagem dos indígenas pela educação superior configura-se como uma oportunidade para modificar suas condições de vida em âmbito social e educacional, tanto de forma individual como na coletividade, visto que em muitos casos há um retorno dos indígenas para suas comunidades de origem, para aplicar o conhecimento adquirido e por propor uma interculturalidade entre este conhecimento e aquele que lhes são ensinados no âmbito familiar como conhecimento étnico tradicional.

A presença indígena atravessa a universidade e é atravessada por ela, uma vez que os indígenas questionam a hierarquia e o conhecimento proposto pela instituição como forma de romper a hegemonia eurocêntrica e por outro lado há uma busca em compreender os códigos deste nível de ensino a fim de concluir com êxito os cursos de graduação a que se propõem, na qual há uma frase que reflete bem este atravessamento ao apontar que antigamente o enfrentamento se dava com arco e flecha, enquanto que hoje se faz com papel e caneta, rompendo o pensamento colonial, passando a colocar os indígenas na mesma condição de intelectual que os demais.

Referências

- AMADO, S. E. *O ensino superior para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul: desafios, superação e profissionalização*. 2016. 153 p. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/24825679/UNIVERSIDADE_FEDERAL_DO_RIO_DE_JANEIRO_MUSEU_NACIONAL_PROGRAMA_DE_P%C3%93S-GRADUA%C3%87%C3%83O_EM_ANTROPOLOGIA_SOCIAL>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- AMARAL, W. R. *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos*. 2010. 594 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- ATHAYDE, F. L. O. *Ações Afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)*. 2010. 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2010. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8167-acoes-afirmativas-cotas-e-a-insercao-de-academicos-indigenas-na-universidade-estadual-de-mato-grosso-do-sul-uems.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRAND, A. J.; NASCIMENTO, A. C.; AGUILERA URQUIZA, A. H. Os povos indígenas nas instituições de educação superior: A experiência do Projeto Rede de Saberes. In: LÓPEZ, L. E. *Interculturalidad, educación y ciudadanía: perspectivas latinoamericanas*. La Paz, Bolívia: 2009. p. 377-396. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/24880235/Interculturalidad-Educacion-y-Ciudadania>>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Ensaio Latino Americanos, 1).
- CORDEIRO, M. J. J. A. *Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso*. 2008. 260 p. Tese (Doutorado em Educação-Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/390.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- HALL, S. *Da Diáspora: identidade e mediações*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Coleção Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf> Acesso em: 29 ago. 2017
- ROSA, A. A. *A implementação das cotas raciais e sociais na UFGD e sua contribuição para a política de ações afirmativas (2012-2014)*. 2016. 157 p. Dissertação (Mestrado em

Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2016. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/ALINE%20ANJOS%20DA%20ROSA.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SANTOS, A. V. *Políticas Afirmativas no Ensino Superior: estudo etnográfico de experiências indígenas em universidades do Mato Grosso do Sul (Terena e Kaiowá-Guarani)*. 2016. 226 p. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-01032016-155738/pt-br.php>>. Acesso em 11 mar. 2017.

SOUZA LIMA, A. C. (org.). *A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. 216 p. (Abrindo trilhas, 5). Disponível em <<http://laced.etc.br/site/pdfs/LEDSUPIND001.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.